REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 008/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 20 de maio de 2026.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h15min, na sede da Paranaguá Previdência, situada na Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos da Paranaguá Previdência, Srs. Maurício Coutinho, Luciana Martins Camargo, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Carlos Eduardo Ferla Corrêa, Cláudio Roberto Mariano e Sidnei França dos Santos. Participaram também da reunião o Presidente da Autarquia, Sr. Ali El Kadri, e o consultor de investimentos da AMX Capital Consultoria, Sr. Eliezer Silva.

Dando início aos trabalhos, procedeu-se à leitura e aprovação da ata da reunião anterior. sem ressalvas.

Na sequência, passou-se à análise dos resultados dos investimentos referentes ao mês de abril de 2026. O diretor financeiro Sidnei França apresentou os dados consolidados da carteira, destacando que o patrimônio líquido administrado alcançou aproximadamente R$ 1.130.640.519,88 (um bilhão, cento e trinta milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos). Já a rentabilidade financeira do período representou resultado positivo de mais de R$ 11 milhões de reais.

Durante a análise do desempenho da carteira, observou-se que os principais fatores negativos do período estiveram relacionados aos investimentos em renda variável. Foi registrado que alguns fundos de ações apresentaram desempenho inferior ao índice de referência, destacando-se os fundos BB Ações Alocação, Meta Valor FIA e Guepardo Institucional FIA, que registraram rentabilidade negativa superior a 1% no período. Ainda assim, conforme esclarecido pelo consultor Eliezer Silva, a parcela de renda variável da carteira apresentou rentabilidade média positiva de aproximadamente 0,19%, enquanto a renda fixa registrou retorno de aproximadamente 1,12% no mês, contribuindo para o resultado consolidado positivo da carteira.

Os membros do Comitê destacaram que a elevada participação da renda fixa na composição patrimonial do Instituto, próxima de 90% dos recursos investidos, contribuiu para amortecer os efeitos da volatilidade observada nos mercados acionários. O Sr. Alessandro Lenzi da Rocha observou que, embora tal posicionamento tenha proporcionado maior proteção à carteira em períodos de instabilidade, também limita a participação do Instituto em eventuais ciclos de valorização mais expressiva da renda variável.

Foram analisados os principais destaques positivos do período, especialmente os fundos multimercados administrados pela Rio Bravo, que apresentaram rentabilidades superiores a 3% no mês, bem como o fundo Icatu Vanguarda Igaraté, que manteve desempenho consistente ao longo do exercício. Os participantes atribuíram tais resultados à flexibilidade proporcionada pela gestão ativa desses veículos de investimento.

Em relação aos fundos indexados ao IMA-B, foi debatido o desempenho do fundo Sicredi Institucional IMAB Renda Fixa, que apresentou rentabilidade superior aos demais fundos de mesma categoria presentes na carteira. Concluiu-se que as diferenças decorrem principalmente da composição dos títulos públicos mantidos pelo fundo e dos respectivos prazos de vencimento.

Na sequência, o consultor Eliezer Silva apresentou atualização do cenário econômico e das projeções de mercado, destacando as expectativas de inflação, taxa Selic e meta atuarial. Foi registrado entendimento comum dos participantes de que, mantidas as condições observadas até aquele momento, o Instituto apresentava perspectivas favoráveis para superação da meta atuarial no exercício de 2026.

Passou-se então à análise preliminar dos resultados parciais do mês de maio de 2026. O consultor informou que, até a data da reunião, a carteira apresentava resultado negativo temporário decorrente principalmente da volatilidade observada nos mercados financeiros e dos efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos e ativos de renda variável. Destacou-se que tal comportamento era compatível com o

ambiente econômico vigente e não representava, naquele momento, motivo de preocupação quanto à estratégia de longo prazo adotada pelo Instituto.

Na sequência, foi debatida a nova ferramenta disponibilizada pela B3 para negociação direta de títulos públicos por Regimes Próprios de Previdência Social. Os participantes discutiram aspectos operacionais, custos, requisitos de contratação, custódia e eventuais exigências administrativas e jurídicas para utilização da plataforma. O Sr. Sidnei França dos Santos informou que já havia iniciado contatos com outros RPPS e instituições do mercado que vêm utilizando a ferramenta, visando aprofundar o estudo sobre sua viabilidade para a Paranaguá Previdência. O Comitê deliberou pela continuidade das análises antes de eventual implementação.

Prosseguindo, o Sr. Sidnei França informou que a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo FIP LSH aprovou, por maioria dos votos representados, a prorrogação do plano de desinvestimento por mais 24 meses, conforme documentação encaminhada aos membros do Comitê. Foi registrado que a Paranaguá Previdência detém participação correspondente a aproximadamente 0,03% do patrimônio do fundo.

Na sequência, o Presidente da Autarquia, Sr. Ali El Kadri, manifestou-se acerca das visitas técnicas realizadas recentemente aos gestores e administradores dos fundos Osasco Properties FII e Brazilian Graveyard and Death Care – CARE11, destacando a necessidade de conclusão das respectivas atas e relatórios para atendimento ao cronograma de acompanhamento estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Também ressaltou a necessidade de prosseguimento dos estudos relacionados à eventual adoção de medidas judiciais envolvendo investimentos em análise, observando que tais estudos dependem da consolidação das informações técnicas e históricas levantadas até o momento.

Em relação ao Fundo CARE11, o consultor Eliezer Silva apresentou parecer técnico elaborado a pedido da Diretoria Financeira, contendo análise histórica, regulatória e operacional do investimento. O consultor relembrou que o fundo passou por sucessivos grupamentos de cotas, redução expressiva de valor de mercado e alterações em sua estrutura operacional, fatores que culminaram na atual situação de desenquadramento passivo perante a regulamentação dos RPPS.

Foi destacado que os artigos 152 e 153 da Portaria MTP nº 1.467/2022 estabelecem mecanismos para tratamento dos desenquadramentos involuntários, permitindo tanto a alienação dos ativos quanto a manutenção temporária da posição mediante justificativa técnica fundamentada. O consultor ressaltou que o principal ponto observado pelos órgãos de controle não é necessariamente a existência do ativo na carteira, mas a demonstração de que o Instituto vem adotando medidas efetivas para mitigação dos riscos envolvidos.

Os membros do Comitê debateram os riscos associados tanto à manutenção quanto à alienação das cotas do CARE11. Foi observado que eventual venda integral da posição poderá ocorrer em ambiente de baixa liquidez, produzindo realização imediata de perdas patrimoniais relevantes. Por outro lado, também foi reconhecido que a manutenção indefinida da posição pode ampliar riscos futuros caso ocorra agravamento da situação econômica ou operacional do fundo.

Foi debatida, amplamente, as alternativas disponíveis para o tratamento do investimento, incluindo a manutenção assistida da posição, a alienação gradual no mercado secundário e os possíveis impactos financeiros decorrentes de uma venda integral das cotas em ambiente de baixa liquidez.

Também foram discutidas informações obtidas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, indicando que diversos RPPS paranaenses vêm sendo questionados acerca da permanência de investimentos em ativos atualmente vedados para novas aplicações. Segundo relatado pelo consultor, os auditores têm enfatizado a necessidade de comprovação de gestão ativa e de adoção de providências concretas para mitigação de riscos.

Durante os debates, foram levantadas preocupações quanto à redução do número de cotistas divulgados nos informes do fundo, à alteração na forma de apresentação das informações encaminhadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à transparência das informações disponibilizadas aos investidores. Diante disso, o Comitê deliberou pela formalização de questionamentos à administradora, à gestora e à CVM, visando esclarecer a divergência das informações relativas à composição dos cotistas, à evolução do número de investidores e demais aspectos considerados relevantes para a adequada avaliação do investimento.

Diante dessas constatações, os membros do Comitê manifestaram entendimento de que a manutenção da postura passiva poderá representar risco adicional ao Instituto. Nesse sentido, foi deliberado aprofundar os estudos visando eventual ajuste da estratégia de alienação das cotas do CARE11, observando-se as condições de mercado, a liquidez disponível e os princípios de prudência, economicidade e proteção ao patrimônio previdenciário. Os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pela revisão da estratégia de alienação das cotas do Fundo CARE11 pertencentes à carteira da Paranaguá Previdência. Nesse sentido, decidiu-se alterar o valor anteriormente definido para oferta de venda, fixado em R$ 6,20 por cota, passando as futuras ofertas a serem realizadas com base nos valores praticados pelo mercado no momento da negociação. Deliberou-se ainda que a quantidade de cotas ofertadas deverá observar a liquidez diária do ativo e as condições de mercado verificadas em cada operação, buscando compatibilizar o processo de desinvestimento com a preservação do valor patrimonial remanescente.

Os membros registraram que a medida tem por objetivo demonstrar aos órgãos de controle e fiscalização a adoção de providências efetivas voltadas ao desinvestimento do ativo, em conformidade com os princípios da prudência, diligência e mitigação de riscos, evitando, contudo, a realização de operações que possam provocar pressão adicional sobre o preço das cotas e resultar em perdas ainda mais expressivas para o patrimônio previdenciário.

Ficou consignado, ainda, que a Paranaguá Previdência continuará acompanhando e avaliando outras medidas relacionadas ao investimento, incluindo a análise da viabilidade de eventuais medidas judiciais, bem como as iniciativas que vêm sendo discutidas por diversos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) investidores do fundo, os quais têm se mobilizado conjuntamente para avaliar a possibilidade de convocação de assembleia e eventual liquidação do Fundo CARE11, caso tal medida se mostre juridicamente viável e economicamente vantajosa aos cotistas.

Na sequência, foram retomadas as discussões relativas ao Fundo Osasco Properties FII. Os membros registraram as informações obtidas durante as visitas técnicas realizadas junto aos responsáveis pelo empreendimento e reiteraram as preocupações anteriormente consignadas em reuniões precedentes quanto à limitação das informações disponibilizadas aos investidores, especialmente no que se refere à transparência dos demonstrativos econômico-financeiros, relatórios gerenciais e demais documentos necessários à adequada avaliação do investimento.

Foi destacado que a insuficiência de informações tempestivas e detalhadas dificulta o exercício pleno das atribuições de acompanhamento e fiscalização pelos órgãos de governança do RPPS. Nesse sentido, os participantes concordaram que a consolidação de todas as informações levantadas ao longo dos últimos meses será fundamental para subsidiar futuras deliberações, inclusive quanto à eventual necessidade de adoção de medidas administrativas ou judiciais destinadas à proteção dos interesses do Instituto.

Por fim, os membros do Comitê reforçaram a importância de manter o acompanhamento contínuo dos investimentos em análise, especialmente daqueles que vêm sendo objeto de atenção dos órgãos de controle. Também destacaram a necessidade de manter organizados os registros das providências adotadas, reuniões realizadas, visitas técnicas, comunicações e demais documentos relacionados aos investimentos, de modo a preservar o histórico das decisões tomadas e demonstrar as ações desenvolvidas pela Paranaguá Previdência no acompanhamento e na gestão de seus recursos, bem como a fim de subsidiar futuras decisões administrativas ou judiciais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11h42min, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.

Presidente:	**Vice-Presidente Titular:**	**Membro Titular:**
Alessandro Lenzi da Rocha CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Maurício dos P. Coutinho** CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028

Membro Titular:	Membro Titular:	Membro Titular:
Tânia Regina da Silva CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Carlos Eduardo Ferla Corrêa** CPF: 007.830.789-94 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/07/2028	**Cláudio Roberto Mariano** CPF: 029.859.389-02 Certificação CP RPPS CODEL I Validade: 15/10/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência